

VIOLÊNCIA DA INTOLERÂNCIA OU DA INDIFERENÇA?

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MIGRAÇÃO E ADOECIMENTO

Alair Silveira¹

[...] uma época da história que perdeu o rumo e que, nos primeiros anos do novo milênio, com mais perplexidade do que lembro ter visto numa já longa vida, aguarda, desgovernada e desorientada, um futuro irreconhecível.

Tempos Fraturados, Eric Hobsbawm.

Resumo: Este artigo reflete sobre a indiferença e a intolerância social, elegendo a relação com o ‘estrangeiro’ e o adoecimento como duas das manifestações de um mesmo fenômeno histórico, cuja centralidade societária promoveu o individualismo como nuclearidade das relações sociais. Neste processo, os indivíduos relativizam, ignoram e/ou fragmentam as macrorrelações (econômicas, sociais e políticas) “explicando” o mundo através do seu mundo, ao invés de compreender esse no contexto daquele. Assim, a dinâmica do capital e as relações que promove, os refugiados, o desemprego, a violência, a solidão, o adoecimento etc. são “tratados” como de naturezas diversas: é problema pessoal, é problema do ‘outro’, ou algo que é passível de tratamento médico. Neste universo fragmentado, estético, volátil e insulado, a violência, a intolerância e/ou a indiferença são as manifestações mais correntes.

Palavras-chave: Violência. Intolerância. Individualismo. Migração. Adoecimento.

¹ Graduada em Ciências Sociais Pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Professora efetiva no Depto. de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, relações de poder, partidos políticos, Estado e América Latina.

THE VIOLENCE OF INTOLERANCE OR INDIFFERENCE? REFLECTIONS ON VIOLENCE, MIGRATION AND ILLNESS

Abstract: This article aims to reflect on social indifference and intolerance through the relations with the “foreign” and illness, as both being manifestations of the same historical phenomenon, whose societal centrality promoted individualism as a centrality of social relations. In this process, the subjects relativize, ignore and/or fragment macro-relationships (economic, social, political) by “explaining” the world through their own, rather than understand this in the context of that. Therefore, the capital dynamics and the relationships that promote refugees, unemployment, violence, loneliness, illness, and so forth, are “treated” as various kinds: a personal problem, an issue of the ‘other’, or something susceptible to medical treatment. In this fragmented, aesthetic, volatile and insulated universe, the violence, intolerance and/or indifference are the most common manifestations.

Keywords: Violence. Intolerance. Individualism. Migration. Illness.

Introdução

O final dos anos 80 foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Símbolo de um pressuposto “*fim da história*”, a queda do Muro de Berlim serviu tanto ao espetáculo da imagem quanto ao do discurso. No plano da imagem, o espetáculo de pessoas destruindo muros e estátuas para, finalmente, serem ‘livres’. No plano do discurso, a superioridade (inexorável) do livre mercado e a construção de uma nova ordem internacional livre e democrática. Sob a sedutora imagem de ‘aldeia global’ de um mundo sem fronteiras e sem disputas ideológicas relevantes, o discurso da “globalização” e do “fim” (da história, do socialismo, da ideologia, do marxismo, das classes sociais etc.) assumiu a condição

de onipresença e onipotência do *fazer-saber* e do *fazer-creer* (à lá Debray, 1994).

Passados mais de 20 anos, o mundo de liberdade, democracia e felicidade sugerido a partir da derrubada do Muro e do discurso da globalização, se mostra cada vez mais distante para as maiorias sociais. Como expressão desse tempo histórico, manifestações - cada vez mais crescentes e regulares - de desesperança política e de intolerância social. Em contraposição aos princípios da revolução francesa e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, são tempos de aprofundamento da desigualdade social, e, também, civil; de restrições progressivas (dissimuladas ou não) à liberdade individual e coletiva; de um sentimento de pertencimento que não se articula ao coletivo, mas ao círculo dos vínculos afetivos e à solidão das redes virtuais (chamadas sociais). Como construir uma cultura democrática sem conviver com o contraditório e respeitar o diferente?

Temos, assim, uma pressuposta ‘*aldeia global*’ e uma ‘*cidadania mundial*’ que não alcançam as maiorias. A derrubada das fronteiras restringiu-se a barreiras alfandegárias, mantida a lógica assimétrica das relações internacionais entre Estados e entre mercados. A ‘*cidadania mundial*’ não alcança trabalhadores imigrantes e refugiados. Conseqüentemente, a “*globalização*” é seletiva (do ponto de vista social) e assimétrica (do ponto de vista dos Estados e das relações comerciais). Mantém-se atual, portanto, o ‘*mito da globalização*’ identificado por Hirst e Thompson (1998).

Entre o discurso da aldeia mundial sob a égide da economia globalizada - segundo o qual “*todos ganham*” - e a realidade permeada por fundamentalismos de toda ordem e alcance, firma-se um fosso que absorve segmentos crescentes de “*desfiliados sociais*”

(CASTELLS, 2005; SILVEIRA, 2013) e torna vulneráveis princípios republicanos. Têm-se, assim, dois mundos cindidos, embora partes recíprocas de uma mesma totalidade: aquele do discurso generosamente inclusivo e aquele da realidade perversamente excludente. Neste sentido, a globalização (com *deslocalização produtiva* e livre trânsito de mercadorias e capital) sob a “dominância financeira” (CHESNAIS, 2003) é a mesma que constrói muros e fortalezas para impedir o ingresso de imigrantes e recepciona, com a repressão policial, refugiados que fogem da violência e da guerra nos seus países de origem. Sem pátria, são, também, sem acolhimento. E, nesta condição, mais do que “inúteis”² para o capital (FORRESTER, 1997), transformam-se em rejeitados sociais. À sua condição de exclusão e/ou desterrados - que teimam em existir e lutar - agrega-se a suposta “culpa” pelo emprego que escasseou, pelo déficit das contas do Estado, pelo crescimento da violência urbana e pela desfiguração dos ambientes públicos.

O recurso à responsabilização do ‘outro’ pelas próprias agruras e/ou por aquelas que identificam no país, expõe o encolhimento das fronteiras societárias. No universo de relações nucleares entre aqueles que se reconhecem pela identidade do que pensam, a ‘culpa’ é do estrangeiro – tratado como uma espécie de *bárbaro* contemporâneo - que a todos ameaça. Nesse sentido, a indiferença coletiva que resulta da ‘*violência da calma*’ (FORRESTER, 1997) é terreno fértil tanto para a expansão da propaganda xenófoba, quanto para a capacidade de ampliação do conteúdo de exclusão. A intolerância pode

² Devido aos propósitos desse artigo e dos limites do mesmo, não será objeto de análise as relações de exploração, precarização e desemprego da força do trabalho, nem a dinâmica das relações sociais de produção e reprodução do capital.

ser pela condição de estrangeiro, pela cor da pele, pela orientação sexual, pela origem geográfica, pela religião etc. Há, nessa intolerância para com o outro a combinação de dois sentimentos: o pertencimento a um determinado coletivo que não reconhece o mesmo direito àquele que qualifica como ‘diferente’; e o despertencimento à comunidade política democrática. Afinal, a democracia demanda uma cultura democrática, a qual somente se enraíza na prática interacional com o outro, previamente reconhecido como portador dos mesmos direitos.

Desta forma, embora a violência não seja uma manifestação recente na história, o que desperta atenção na contemporaneidade, junto com a ampliação das formas e dos conteúdos, é a regularidade. Como registrou Ianni, “*há algo na fábrica da sociedade moderna, do que se poderia denominar modernidade, que leva consigo formas, técnicas e práticas cada vez mais brutais de violência, desde as mais prosaicas às mais sofisticadas*” (2004, p.167). A particularidade desse tempo histórico, portanto, não é a substituição de uma forma predominante por outra, mas sua capacidade de articular várias manifestações, banalizando a violência como um traço societal.

Nessa trajetória, a violência foi assumindo novas formas e abrangências, reciclando e/ou incorporando métodos de ação e alargando o potencial de vítimas. Da coação econômica à coação moral, da repressão estatal ao *bullying*, da agressão policial à agressão psicológica, do terrorismo de Estado ou de grupos ao fundamentalismo de mercado ou religioso, do assédio sexual ao assédio moral, da violência da mídia e dos filmes ao *nonsense* da hiperexposição privada etc., várias são as formas através das quais a violência foi penetrando e se naturalizando na sociedade. E é sobre esta banalização da vio-

lência, em particular aquela que se apresenta como não-violência, que é necessário, também, refletir.

Desta forma, mais do que redimensionar as várias faces da violência (superando sua redução à ofensa à integridade física), é imprescindível refletir sobre a cultura social que processualiza a naturalização e, por consequência, permite que os mesmos indivíduos que se horrorizam com a violência ao corpo e à propriedade sejam atores, protagônicos ou coadjuvantes, de outras violências que corroem a alma e destroem os vínculos de solidariedade societária.

Paradoxalmente, é o aparente desencontro entre as micro-identidades e as decisões macroeconômicas e políticas que permite que essas encontrem guarida naquelas, da mesma forma, que as micro-identidades alimentam-se do conteúdo das macro-relações, revelando o processo identitário e contraditório da totalidade social dialética.

Novos Inimigos?

Quando, em setembro de 2001, o ataque³ às Torres Gêmeas estadunidenses vitimou, de maneira estúpida e indefensável, quase três mil pessoas, marcou, também, a substituição – objetiva e subjetiva – dos novos “inimigos” a serem combatidos internacionalmente: não se trata mais do combate aos “comunistas” do período da Guerra Fria (1945-1991), mas da Guerra ao Terror, especialmente nos paí-

³ O dia 13/11/15 registra mais de uma centena de mortos em Paris, no mais recente ataque terrorista. De acordo com documento divulgado pela mídia, o Estado Islâmico não somente reivindica a autoria, senão que reforça ameaças àqueles países que apoiam os EUA contra a Síria.

ses qualificados como pertencentes ao “eixo do Mal” (em 2002: Irã, Iraque, Coreia do Norte, Líbia, Síria e Cuba).

Na lógica utilitária do maniqueísmo bélico e político, o mundo atual⁴ está dividido entre países do Bem e países do Mal. Os primeiros como paladinos da democracia e da liberdade, os segundos como algozes do mundo, combatentes aos valores ocidentais e terroristas. Essa simplificação das relações internacionais nada diz sobre relações de interesse econômico e estratégico em determinadas regiões do mundo por parte de países “do Bem”, nem tampouco sobre a utilização de recursos políticos mais elaborados para promover intervenções em outros Estados (obviamente periféricos), através da caracterização de Estados *Falhados* ou *Colapsados* (BRANCO, 2006; RODRIGUES et al, 2009). Em nome da segurança internacional na luta contra o Terror e de algumas ‘ajudas humanitárias’, não somente a soberania desses Estados é solapada, senão que é retirado do seu povo o direito de se autodeterminar.

Nessa guerra do “bem” contra o “mal” ou da “democracia e da liberdade” contra “terroristas fundamentalistas”, o apagamento de vestígios⁵ na memória é *conditio sino qua non* para ‘fazer-crer’ que a história se inicia em 2001, ou que a democracia somente é válida quando seus resultados atendem àqueles que se arvoram seus exclusivos representantes autorizados. Assim sendo, a eleição de de-

⁴ Como observou Hobsbawm: desde o “[...] início do século atual, a violência política tornou-se sistematicamente global” (2007, p. 131). E, corroborando esta percepção, declarou o alto-comissário da ONU, Antônio Guterres, em entrevista à BBC-BBV, em Genebra, em junho/2015: “O mundo está se tornando mais violento, e mais pessoas estão sendo forçadas a fugir”.

⁵ Expressão utilizada por Dejours, no seu livro intitulado: **A banalização da injustiça social** (1999).

terminados fragmentos da história e, principalmente, a bricolagem de informações que ‘parecem’ não guardar relações entre si, são fundamentais para o *fazer-saber* e o *fazer-criar* de que nos falou Debray sobre o Estado Sedutor (1994).

Desta forma, o sentimento coletivo de angústia e insegurança que “espectra” as sociedades contemporâneas resulta de combinações bem mais complexas do que o fundamentalismo religioso e a prática terrorista (ou o “choque de civilizações” como defendeu Huntington, 1997). Envolve um longo processo de ‘desconstrução’ da política como recurso para a ação e da organização coletiva como meio de transformação social. Expõe a corrosão perversa do Estado Social e dos direitos coletivo sem nome da superioridade da iniciativa privada. Naturaliza a precarização das relações de trabalho e emprego como exigência da eficiência mercantil, da mesma maneira como inviabiliza ou desmonta a rede de proteção social sob o argumento dos déficits estatais e da “preguiça” inerente aos trabalhadores, desestimulados ao labor porque constitucionalmente amparados. Enfim, reflete um longo processo de insulamento e individualismo egoísta, através do qual a cultura pós-moderna foi sendo consolidada nos ‘corações e mentes’, enaltecendo o fragmento, a imagem, o volátil, a vitimização e a bricolagem.

Este longo processo permitiu que a memória histórica se esvanecesse sob os apelos cotidianos contra os “custos sociais” do Estado e os “privilégios” (como foram – e são - tratados direitos duramente conquistados pelas gerações anteriores). As consequências manifestaram-se não apenas na desconstrução e/ou comprometimento de uma identidade socialmente solidária, senão que na emergência de uma identidade fragmentada, pauta-

da pela valorização do interesse individual e/ou de grupos. Como lamentou Judt, a “*identidade*” passou a colonizar o discurso público: *identidade privada, identidade sexual, identidade cultural* (2011, p. 89).

Confinados aos limites dos interesses privados, mobilizados por demandas identitárias específicas, partícipes fugazes de algumas concentrações coletivas, orientados por redes sociais e pouco afeitos a discussões e ações políticas orgânicas, a maioria dos indivíduos é vítima e algoz da violência e da intolerância que reclama. No fundo, vivemos em uma “*sociedad de las incertidumbres*”, como sentenciou Castel (2010). Afinal, se a industrialização e as lutas sindicais e coletivas produziram a “*desindividualização*”, com a “*significação coletiva do valor trabalho*” e a conquista de um sistema de garantias de proteção social e laboral, os tempos da pós-modernidade neoliberal globalizada promovem a *descolectivización* ou *reindividualización*, nas palavras do autor.

Imersos nestes processos de ordem econômica, política e social de âmbito internacional que a todos e a qualquer um afetam, a indiferença e a intolerância social de boa parte dos indivíduos assumem consequência política. Mais do que manter-se politicamente à margem da *grande política* (GRAMSCI, 2011), contribuem para o aprofundamento das condições objetivas de existência das quais reclamam e, por ignorância ou convicção, atribuem àqueles que são, também, vítimas dos mesmos processos e das mesmas guerras movidas, efetivamente, não por motivações altruístas e democráticas, mas interesses econômicos, políticos e estratégicos.

De acordo com o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o final de 2014, quase 60

milhões⁶ de pessoas foram obrigadas a deixar suas moradias. Independente se forçados a deslocamentos internos ou por necessidade de refúgio externo⁷, o sofrimento imposto a essas pessoas é trágico e insuportável porque além de serem forçadas ao abandono de todas as suas referências existenciais, ainda precisam suportar a hostilidade e a violência de quem poderia/deveria acolhê-los. Se não em razão de um sentimento de pertencimento societário e democrático, ao menos pelo sentimento universal de humanidade.

As esperanças que carregam - nas suas longas e penosas caminhadas, escoltadas pela fome e pela violência – são embaladas pelo sonho de fazer parte da sociedade europeia⁸ - solidária, democrática e de oportunidades - que povoa o imaginário mundial. Mais do que o *american way of life*, com sua apologia à competição e autossuficiência individual, a Europa construiu referentes societários sobre outros equilíbrios, por meio dos quais a livre iniciativa não desobriga o Estado das suas responsabilidades sociais universais, nem tampouco reduz os indivíduos a agentes competitivos, alheios às demandas e necessidades coletivas. Esta Europa do Estado do Bem Estar Social representa, no imaginário coletivo mundial, a expressão democrática do capitalismo.

⁶ Esse número revela um crescimento de 40% em relação a 2011.

⁷ Conforme esclarece a Convenção de 1951, relativo aos Refugiados, a definição de pessoas nesse estatuto são aquelas que: “[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não, quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.”

⁸ Mário Vargas Llosa registrou: “[...] essas massas que vêm a Europa rendem, sem o saber, uma homenagem à cultura da liberdade” (El País, setembro/2015).

Porém, partes recíprocas e dialeticamente identitárias de uma mesma totalidade histórica, tanto o capital quanto o trabalho sofreram transformações significativas⁹ na sua forma e atuação. De um lado, se a revolução dos meios produtivos é parte da natureza do capitalismo, a *destruição periódica* do capital excedente é funcional para a recuperação capitalista (MÉSZÁROS, 2011). E, neste particular, as guerras (tradicionalis, preventivas, de alta ou baixa intensidade ou sob outras nomeações) são úteis tanto à lógica da destruição quanto da inovação tecnológica. Por outro lado, os trabalhadores organizados em suas entidades representativas foram afastando-se, progressiva e dispersamente, das formas coletivas de discussão e mobilização. Para esse afastamento, muitas foram as razões que, combinadas, retroalimentaram-se produzindo o refluxo das lutas sindicais e populares. Desde o desemprego e a terceirização, a precarização e a reestruturação produtiva, a orfandade ideológica com o suposto “fim das ideologias”, a cultura pós-moderna e a hegemonia neoliberal globalizada.

A Europa de Le Pen e outras manifestações institucionais xenófobas, do Pegida¹⁰ alemão, do anti-islamismo e de tantas outras formas de intolerância social para com seus iguais (cuja única “culpa” é ter nascido em outro espaço nacional¹¹), demonstra o grau

⁹ Como o objetivo deste artigo não é refletir sobre o caráter e as implicações dessas transformações, as referências às mesmas pretendem, somente, ilustrar o contexto do argumento que orienta as reflexões desse artigo.

¹⁰ Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente.

¹¹ Entre janeiro e abril de 2015, de acordo com a Organização Internacional de Migração (OIM), cerca de 2 mil pessoas morreram tentando atravessar o Mar Mediterrâneo. Considerando as 3.200 mortas em 2014, o ano de 2015 deve ultrapassar em muito estes números trágicos. (Entenda a amassada travessia de imigrantes no Mediterrâneo. G1 - 20/04/2015).

de “despertencimento” societário de grandes majorias diante da opulência de poucos e a miséria de muitos milhões. Muitos, é certo, não dão forma orgânica à própria intolerância. Entretanto, manifestam – em graus distintos e sempre que a oportunidade surge – seu desprezo pelo ‘outro’: seja pela vaga de emprego que não tem, seja pela opinião diferente que emite, seja pelas crenças que expressa, seja pelo espaço social que partilha.

Ironicamente, é a insegurança coletiva quanto às formas generalizadas de violência contemporânea¹² (urbana, terrorista e outras) que repõe a condição inescapável da coexistência e da interdependência social.

O insulamento e a patologia

O desesperador destes “tempos fraturados”, como reconheceu Hobsbawm (2013) é a fratura das relações de pertencimento coletivo e solidariedade social. Há nas imagens dos refugiados e dos imigrantes do século XXI uma denúncia que revela mais do que a “*violência da calma*”, como nomeou Forrester (1997). Há na imagem da jornalista húngara que derruba o pai e a criança; da criança sem vida na praia; dos tantos braços estendidos por comida e soli-

¹² Especialmente diante do impacto dos ataques terroristas em países considerados democracias estáveis e seguras. Este imaginário socialmente partilhado de “segurança e estabilidade” - associado à maioria dos países europeus, EUA e alguns outros como Canadá e Japão - não considera o que seus governos fazem em outros países, nem tampouco as formas (convencionais ou não) como intervêm sobre a autodeterminação de outros povos. Seja economicamente, seja politicamente. Esse “apagamento dos vestígios” da história (à lá Dejours, 1999) permite manifestações midiáticas e sociais de revolta e de comoção seletivas e hierárquicas, cujo grau de indignação responde a critérios de classe e/ou nacionalidade.

dariedade; dos olhos assustados das crianças que não entendem a violência na qual estão imersas, uma denúncia de nós mesmos.

Mais do que indiferentes ordinários ou sob surtos fugazes de solidariedade, naturaliza-se um sentimento de des-responsabilidade social que assume, na sua forma extrema, reações e/ou manifestações que recusam aos ‘outros’ o direito de ter direitos. Inclusive o de existir. Esta recusa intolerante aos direitos e às necessidades dos outros, na maioria das vezes, não reflete uma escolha política fascista¹³, mas um longo processo de ‘descolamento’ da vida social, através da combinação de egocentrismo com isolamento convivial.

Ironicamente, foi sob o apelo cultural pós-moderno à diversidade, à relatividade e à emoção que o indivíduo insulou-se. Articulado às demandas da reestruturação produtiva e ao projeto societário neoliberal, o discurso ‘libertário’ da emancipação individual frente à ‘ditadura’ da atividade política e às meta teorias foi conformando um indivíduo cada vez mais voltado para si mesmo (suas necessidades e opiniões), avesso às organizações coletivas e alheio às questões macrossociais e políticas.

Nesse processo de insulamento, as novas tecnologias de comunicação ocupam lugar de destaque, na medida em que transformam a solidão real em ilusão de compartilhamento. A internet e, em

¹³ O fascismo reflete mais do que a intolerância absoluta contra os ‘outros’ e a violência como expressão regular das suas crenças, especialmente para fazer calar vozes e manifestações discordantes. Ele articula a reverência ao líder, o desprezo pela representação política e a defesa do Estado forte. Muitas das manifestações contemporâneas não alcançam mais do que a intolerância como forma de manifestação política e social e o desprezo pelos partidos políticos. Porém, boa parte destas manifestações não revelam idolatrias a líderes e, tampouco, à existência de um Estado forte. Ao contrário, na maioria das manifestações xenófobas e/ou de intolerância em potência elevada contra o “outro”, a demanda é por um Estado menor.

especial, os celulares (transformados em pseudo-extensões físicas de muitos usuários) têm substituído, progressivamente, as redes sociais de interação presencial. Assim, de instrumento comunicacional, essas novas tecnologias acabaram se potencializando como instrumentos impeditivos de relações convivias qualificadas, inclusive naquelas oportunidades de encontro social, como reuniões, palestras e confraternizações. Sequer as relações amorosas foram preservadas da mediação tecnológica. Consequentemente, não é incomum a imagem de parceiros que, fisicamente próximos, priorizam a comunicação virtual.

Sob a ‘proteção’ da virtualidade, não somente o enfrentamento do contraditório *face a face* é evitado, senão que a responsabilidade sobre o que é dito (no momento e sob a forma que o internauta quer) dificilmente é assegurada. Nesse processo de insulamento e irresponsabilidade pessoal, o exercício do contraditório democrático, a interação social e, conseqüentemente, a cultura da tolerância e do respeito mútuo são vítimas preferenciais.

Desta forma, no contexto das grandes transformações ocorridas nas últimas décadas, as mesmas relações que sacralizaram o mercado e o indivíduo, satanizaram o Estado e a política, reduziram a democracia aos pleitos eleitorais e decantaram a globalização, são aquelas que alimentam o insulamento individual e o alheamento social.

Esta ‘*sociedade de indivíduos*’ (à lá Norbert Elias) - supostamente autossuficientes - é, também, uma sociedade de muitos doentes. Doentes do trabalho e da alma. São trabalhadores que se sentem infelizes porque não conseguem sentir “prazer” no trabalho; são salários poderosamente aviltados no mesmo instante das propagandas que ‘ven-

dem' a felicidade através do verbo ter; são metas e sobre-metas inalcançáveis que exigem sobretrabalho e alimentam o medo do desemprego; é a insegurança pública e profissional; enfim, tantos são os temores, as angústias e as solidões das multidões de indivíduos ensimesmados.

Nesta '*sociedade dos indivíduos*', entretanto, todas estas manifestações socialmente partilhadas são individual e patologicamente tratadas. Ao lado dos poderosos interesses das empresas farmacêuticas e afins, é preciso que o fragmento não denuncie a totalidade. É preciso que este sentimento de desamparo e desespero individual não seja percebido como manifestações de uma mesma realidade. Então, é preciso a patologia da solidão, do estresse, da depressão, do suicídio, do recolhimento, da tristeza e, também, da euforia. É preciso dosar a tristeza e a euforia, medicar a depressão, tratar o estresse, pessoalizar o suicídio.

Do silêncio sobre a patologização e a individualização desse mal-estar coletivo é garantido não apenas o mercado para as indústrias farmacêuticas e medicinais, mas também as clínicas psicológicas e estéticas. Há um amplo espaço mercantil para a patologia dos problemas sociais, cuja solução não é individual, mas coletiva. Como sentenciou Safatle, [...] *há algo errado, não com vocês como indivíduos, mas com a vida social da qual fazem parte* (2012, p. 51).

Na estética do corpo e da superexposição das imagens, as angústias de indivíduos que buscam no redesenho do próprio físico uma forma de preencher o vazio d'alma. Como a densidade (dos bons livros e das boas conversas) foi substituída pela superficialidade fugaz das imagens e das manchetes, muitos dos referentes societários foram deslocados dos grandes pensadores para as celebridades.

Ao final, nesse vazio de sentido existencial que é, também, político e social, o capital promove tanto as condições para o “mal-

estar” coletivo quanto a patologia individualizada. Além, é óbvio, do mercado para a farmacologia e as clínicas de tratamento das mais diversas especificidades.

O adoecimento provocado e promovido pela lógica da exploração e da acumulação privada do trabalho social demanda a capacidade de “desindividualização” ou “recoletivização”, como sagazmente observou Castel (2010). E com a recuperação do coletivo como forma de organização, reflexão e ação, a recuperação do sentido de pertencimento social solidário.

Não se trata, por óbvio, de uma demanda por um tempo que se perdeu, mas de uma forma de pertencimento social que permitiu às maiorias (e falamos, portanto, da classe trabalhadora na sua diversidade profissional e econômica) construir experiências coletivas generosas, capazes de alargar o sentido de cidadania, garantir direitos coletivos e laborais, e impor agendas políticas sociais ao Estado e ao capital. A experiência do individualismo egoísta como valor social, por sua vez, tem nos delegado uma sociedade “*de indivíduos*” majoritariamente indiferentes, intolerantes e ‘doentes’.

Esta *sociedade de incertezas*, se não ideal para o capital (do ponto de vista da instabilidade social sempre à espreita), é funcional aos seus interesses. Nessa sociedade, os refugiados são inimigos, a intolerância e a indiferença são manifestações regulares (mesmo que através de surtos episódicos) e o mal-estar é coletivo, embora tratado como patologia individual.

Transformar essa sociedade demanda vontade política e, também, organização coletiva. Mas, para isso, é preciso, como ensinou Gramsci, que uma perspectiva societária alternativa a esta seja socialmente construída, partilhada e organicamente disputada.

Referências bibliográficas

BRANCO, Humberto Gimenes. *Da Opulência à Falência: Serão precisos genocídios para se declarar a falência de um Estado-nação?* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

_____. *El ascenso de las incertidumbres. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CHESNAIS, François. Et al. *Uma nova fase do capitalismo?* Tradução de Andréia Galvão e José Marcos Nayme Novelli São Paulo: CEMARX; Ed. Xamã, 2003.

DEBRAY, Régis. *O Estado sedutor - As revoluções midiológicas do poder*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo/SP: Editora UNESP, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HIRST, Paul. & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão – A economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Tradução Wanda Caldeira Brant. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HOBBSAWN, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. *Tempos fraturados. Cultura e sociedade no século XX*. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JUDT, Tony. *O mal ronda a terra – Um tratado sobre as insatisfações do presente*. Tradução de Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução Francisco Raul Cornejo et al. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

RODRIGUES, Paulo de Tarso. *Os Estados Colapsados e a Democracia Latino-Americana. O Caso do Brasil*. Tangará da Serra/MT: EdUFMT, 2009.

SAFATLE, Vladimir. *Amar uma ideia*. In: Occupy. HARVEY, David et al. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SILVEIRA, Alair. *Estado do Bem Estar Social e Desfiliação Social*. Revista Política & Sociedade. V. 12. N. 24. Florianópolis: UFSC, 2013.

VASAPOLLO, Luciano. *A Europa do capital – Transformações do trabalho e competição global*. Tradução de Maria Jesus de Britto Leite. São Paulo: Xamã, 2004.